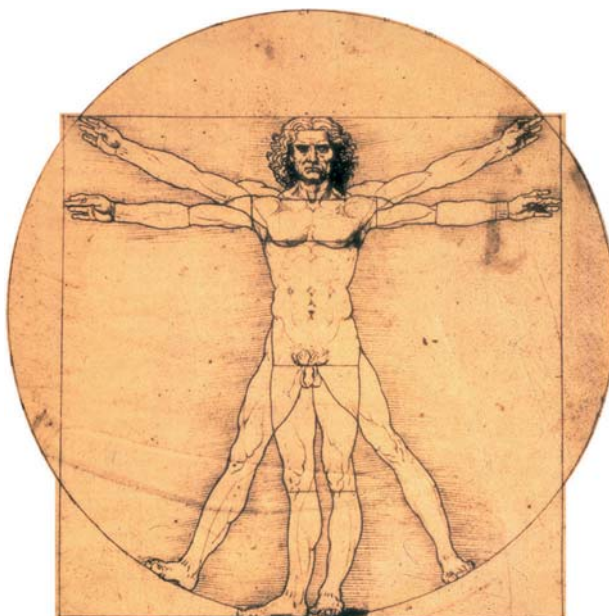


Simpósio

Problemas éticos subjacentes à pesquisa clínica



Desde que na década de 80 Foucault apontou a associação entre saber e poder essa relação aparece aos olhos contemporâneos cada vez mais claramente. O saber produz poder, o qual, por sua vez, fomenta os saberes que o alimentam. No entanto, a consciência sobre essa intrínseca relação nem sempre foi tão explícita. Apesar de inúmeros mitos, lendas e mesmo histórias infantis associarem saber e poder, por metáforas díspares que desenhavam moralidades focadas ora na cautela ora na ousadia, tal conjugação chegou a parecer restrita ao campo da ficção, já que o *locus* da verdade sobre o mundo físico estava, desde o início da modernidade, centrado na ciência, a qual se apresentava sob o manto da neutralidade axiológica e com a intenção declarada de disponibilizar o saber para o bem da humanidade.

De fato, quase todas as vezes que as conquistas da ciência foram amplamente difundidas entre as diversas sociedades humanas, bem como entre seus distintos segmentos e grupos, pode-se perceber um incremento na qualidade de vida como consequência das transformações nas condições sanitárias, do ambiente e da moradia, ou pela melhoria nos transportes e nas comunicações. Essas transformações foram representadas estatisticamente pelo aumento da expectativa de vida, diminuição da mortalidade, em geral, e mortalidade infantil, especificamente.

Inúmeras vezes, entretanto, as conquistas da ciência são distribuídas de maneira seletiva, focadas em grupos e segmentos específicos, que por sua posição na hierarquia social concentram poder e têm maior possibilidade de acesso às condições que caracterizam a qualidade de vida, proporcionadas pela aplicação do saber no desenvolvimento da tecnologia. Essa clivagem pode ser percebida por indicadores de saúde e educação que associados às taxas econômicas, estimadas pela mensuração da renda e de sua distribuição, podem ser identificados aos direitos econômicos, culturais e sociais dos povos. Tais indicadores mostram que os fatores condicionantes da qualidade de vida relacionam-se à forma e maneira como as pessoas vivem, que tipos de oportunidade estão potencialmente disponíveis e quanto o Estado se empenha em garantir seu acesso a elas.

A comparação dessas duas situações mostra que também em relação à ciência a associação entre saber e poder não se dá de forma neutra, como pretendeu o positivismo. Embora, em si mesmo, o saber não implique no uso que dele se faz, a existência de tal associação na produção científica leva a inferir que esta não está voltada, inequivocamente, à disseminação universal das conquistas do conhecimento, seja no que tange à qualidade de vida dos povos seja, de maneira mais focada na discussão aqui apresentada, naquilo que diz respeito à saúde dos indivíduos. Ainda que sucinta, essa análise da forma como saber e poder são produzidos e distribuídos permite perceber sua íntima relação com o mercado, que é o que – de fato – move a ciência. De tal evidência deduz-se a importância de monitorar e controlar a pesquisa, a principal atividade para a produção de conhecimento científico, já que por seu intermédio que as hipóteses podem ser testadas, validadas ou descartadas.

As diversas formas de manifestação da associação saber e poder estruturam o eixo que perpassa as discussões apresentadas nos artigos deste Simpósio, cujas reflexões e questionamentos chegam a encontrar-se tangencialmente. Continuando a discussão sobre ética em pesquisa apresentada no fascículo precedente, enfoca-se desta feita os problemas éticos subjacentes à pesquisa clínica, trazendo aspectos polêmicos da reflexão sobre o tema, não suficientemente visibilizados ou discutidos e que dizem respeito à assimetria entre saber e poder na dimensão individual e coletiva. Partindo da relação profissional, esses trabalhos englobam a dinâmica estrutural da globalização econômica, refletem sobre o impacto social dessa dinâmica nas condições e situação de vida dos grupos vulneráveis, questionando ainda o processo de produção do conhecimento e sua repercussão sobre esses grupos. Portanto, direta ou indiretamente, cada uma dessas abordagens discute ética na relação saber e poder; apontando por diferentes perspectivas a desigualdade no acesso ao conhecimento.

O primeiro trabalho, *El médico y la investigación clínica*, de Miguel Kottow, reflete sobre a assimetria de saber e poder entre o médico e o paciente a partir de considerações a respeito da distinção entre pesquisa médica, com objetivo essencialmente diagnóstico e terapêutico para o paciente, da pesquisa médica cujo objetivo essencial é científico, carecendo, portanto, de valor diagnóstico ou terapêutico direto para a pessoa submetida ao ensaio. Argumenta que como grande parte da pesquisa clínica é empreendida em instituições hospitalares, com pacientes que requerem atenção médica, os quais constituem-se, por essa mesma razão, sujeitos de pesquisa de especial interesse, a boa prática médica implica em aumentar os benefícios e a proteção a esses pacientes, agregando a ética científica à ética médica. Afirma, ademais, que o *primum non nocere* hipocrático, que define a responsabilidade do médico no uso de seu saber, compromete esse profissional, primeiramente, com seus pacientes e que, em decorrência, esses só devem ser submetidos aos experimentos de pesquisa quando se considerar que isso ocorrerá em benefício de sua própria saúde e qualidade de vida.

No segundo artigo, *Ética, consciência e compromisso em pesquisa biomédica*, Fernando Portela Câmara faz um alerta a respeito da polêmica relação entre o profissional de medicina e a indústria de medicamentos. Enfocando a parceria que a indústria estabelece com pesquisadores acadêmicos de prestígio, discute em que medida tal associação poderia estar corrompendo a neutralidade da pesquisa, utilizando para maximizar o poder de validação dos ensaios (e influenciar os prescritores) também o prestígio das revistas científicas. Argumenta que, grosso modo, isso não pode ser considerado imoral, já que tem contribuído para fomentar a formação profissional e disseminar informação na área, mas aponta que se deve ter em mente, ao menos, que tais “benefícios” são concedidos com o objetivo de aproximar o profissional da indústria, tornando-os de certa forma parceiros. Esse alerta torna-se mais contundente quando se considera que tal parceria é efetivada, supostamente, por cortesia e pelo interesse em servir à classe médica.

Ana Maria Tapajós discute em *Sistemas hegemônicos e pesquisa no Terceiro Mundo* as desigualdades entre países em desenvolvimento e desenvolvidos na produção de conhecimento e na pesquisa. Considerando as estruturas hegemônicas de poder, presentes no âmago da comunidade internacional, discorre sobre o papel atribuído aos países em desenvolvimento no sistema hegemônico de pesquisa, cuja agenda muitas vezes não prioriza as demandas dessas sociedades. Alerta para a importância dos países pobres, nos quais grande parte dessas pesquisas é realizada, examinarem atentamente as implicações e impactos do alinhamento a tais prioridades forâneas, mostrando que esse sistema de controle hegemônico da ciência e tecnologia é responsável por brutal concentração de riqueza nos países situados em seu núcleo. Enfatiza ainda que esse processo cria um círculo vicioso em que os Estados centrais determinam não apenas o conhecimento a ser produzido, mas sua apropriação e o retorno da riqueza gerada, a qual irá gerar novos avanços.

No trabalho seguinte, *Acesso às drogas na pesquisa clínica*, Bruno Rodolfo Schlemper Junior empreende análise sobre a pesquisa clínica no Brasil, especialmente no que diz respeito ao acesso ao medicamento, após o término da pesquisa, baseando-se na legislação nacional e nas diretrizes firmadas nos principais documentos éticos internacionais. Aponta a responsabilidade do patrocinador e pesquisador em assegurar aos sujeitos que participaram do estudo o acesso ao medicamento, elaborando interessantes sugestões para solucionar o impasse instaurado frente a essa exigência. Enfatizando a necessidade de adotar cuidados especiais a esses sujeitos que, em sua maioria, são social, cultural e economicamente vulneráveis.

A seguir, Cláudio Lorenzo questiona o foco das normas brasileiras de ética da pesquisa, dirigido à obtenção do consentimento livre e esclarecido, frente ao analfabetismo funcional no país. Em decorrência dessa condição, que incide de forma mais acentuada sobre os grupos e segmentos mais vulneráveis, discute a inadequação do Sistema CEP/ Conep, tanto no campo normativo quanto no estrutural. Ao refletir sobre os limites das normas dentro dos sistemas de controle social da

pesquisa *O consentimento livre e esclarecido e a realidade do analfabetismo funcional no Brasil: uma abordagem para a norma e para além da norma*, propõe alterações no modelo brasileiro, mostrando a importância de aperfeiçoar continuamente o Sistema para efetivamente garantir o cumprimento de seus objetivos.

Em *Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami*, Débora Diniz discute caso paradigmático para a ética na pesquisa com seres humanos, apresentado como pano de fundo para a discussão da participação de populações vulneráveis na pesquisa científica nas ciências humanas e da saúde. Apresentando a diferença entre pesquisa *com* seres humanos e pesquisa *em* seres humanos, utiliza esse exemplo, no qual o conhecimento só foi produzido pela interface dessas duas modalidades de pesquisa, para argumentar sobre a necessidade de adequar o Sistema à especificidade das técnicas e metodologia da área de Humanidades, propiciando, assim, seu aprimoramento.

A seguir, Ana Carolina Scarpelli e colaboradoras discutem a vulnerabilidade socioeconômica frente a autonomia na pesquisa em saúde, mostrando que tais condições são fenômenos relacionados. As autoras apontam a necessidade de reconhecer plenamente essa vulnerabilidade para garantir tanto a autonomia quanto o respeito à dignidade dos indivíduos que se submetem a experimentos de pesquisa, em especial naquelas desenvolvidas em nações periféricas e, principalmente, quando se trata de pesquisa em saúde.

Por fim, o artigo *Abrangência de ação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia*, de Miguel Tanús Jorge, Bruno Leonardo Pegoraro e Lindioneza Adriano Ribeiro, analisa a frequência com que as pesquisas envolvendo seres humanos foram submetidas à apreciação do comitê de ética em pesquisa (CEP) da instituição. Concluindo que à época a maioria dos estudos não era encaminhada ao CEP o artigo apresenta sugestões para promover a submissão dos trabalhos a esses comitês, considerando as fases de implementação dos CEP.

Acreditando que tais reflexões venham a contribuir para um exercício profissional mais consciente e ético, desejo a todos boa leitura.

Dora Porto
Editora executiva